



ENSINO COLABORATIVO COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO ENTRE PROFESSOR DE AEE E PROFESSOR REGENTE

Camila Naiara Ferreira da Silva¹
Mestranda em Educação Inclusiva PROFEI/UNIMONTES
E-mail: cnaiarasilva@gmail.com

Marcos Aurélio Souza Silveira¹
Mestrando em Educação Inclusiva PROFEI/UNIMONTES
E-mail: marcosaurelio.mestrado@gmail.com

José França Neto²
Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) Instituição – PROFEI/UNIMONTES
E-mail: francaneto@gmail.com

Eixo 1 – Educação Inclusiva, Acessibilidade e Tecnologias Assistivas

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Tecnologias Assistivas; Ensino Colaborativo.

INTRODUÇÃO

O ensino colaborativo entre o professor regente e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) vem se consolidando como prática fundamental para efetivar a inclusão escolar. No contexto atual, marcado por desafios estruturais, formação docente fragmentada e carência de recursos pedagógicos acessíveis, a articulação entre esses profissionais se mostra essencial para romper barreiras e favorecer aprendizagens significativas.

O presente relato tem como objetivo socializar experiências desenvolvidas em duas escolas públicas da Educação Básica, uma situada nos municípios de Brumado (BA) e outra no município de Montes Claros (MG), articulando vivências de dois projetos de pesquisa vinculados ao PROFEI/UNIMONTES. Apesar das diferenças contextuais, ambos os trabalhos convergem ao demonstrar que estratégias colaborativas, apoiadas por tecnologias assistivas e formação continuada, fortalecem práticas inclusivas e ampliam o direito à educação de estudantes público-alvo da Educação Especial.

A inclusão, como lembra Mantoan (2018), “não é um processo de adaptação do aluno à escola, mas da escola para receber a todos, sem discriminação”. Nesse sentido, o ensino colaborativo representa uma resposta pedagógica coerente, na medida em que, como afirmam Stainback e Stainback (2014), envolve a corresponsabilidade de dois ou mais profissionais no planejamento, instrução e avaliação de grupos diversos. Essa prática vai além do cumprimento legal, configurando-se como um caminho para uma educação humanizada e democrática.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A experiência relatada dialoga com marcos legais internacionais e nacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), que asseguram o direito de todos à educação em contextos inclusivos.

Do ponto de vista pedagógico, apoia-se em Vygotsky (1993), ao destacar a mediação como condição para o desenvolvimento; autores contemporâneos que discutem o papel das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e das Tecnologias Assistivas (TAs), como Becker, Medeiros e Lamazon (2019) e Reis, Souza e Santos (2020), evidenciando que tais recursos ampliam as oportunidades de participação e aprendizagem. Tais aportes evidenciam que recursos digitais e assistivos ampliam a participação e o desenvolvimento de estudantes com deficiência, desde que articulados ao planejamento pedagógico coletivo.

APRESENTAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

As experiências envolveram dois contextos distintos, apresentando convergências e também divergências na busca por práticas colaborativas inclusivas:

- **Brumado (BA):** A experiência concentrou-se nas salas de aula regulares e sala de AEE de uma escola da rede Municipal. O foco esteve no uso de portfólios interativos apoiados por aplicativos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), para auxiliar estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) não verbais em seu processo de alfabetização.
- **Montes Claros (MG):** A experiência concentrou-se na sala de recursos multifuncionais de uma escola da rede estadual. Foram realizados encontros de professores onde foram feitas observações que apontaram tanto potencialidades quanto limites no uso de TDICs, especialmente frente às carências de infraestrutura e à necessidade de formação continuada.

Apesar das diferenças locais, ambas as iniciativas evidenciam a convergência do ensino colaborativo como estratégia eficaz: em ambos os casos, a parceria entre professor regente e

professor de AEE permitiu enriquecer a prática pedagógica, valorizar a diversidade e ampliar a participação estudantil.

Pontos Convergentes

- Em ambos os contextos, o ensino colaborativo se destacou como estratégia eficaz para integrar o trabalho entre professor regente e professor de AEE.
- As duas iniciativas valorizaram a adaptação de recursos pedagógicos e o uso de tecnologias (CAA em Brumado; TDICs em Montes Claros) como apoio ao processo de aprendizagem.
- Houve investimento na construção de práticas inclusivas coletivas, mediadas por empatia, respeito às singularidades e fortalecimento dos vínculos com alunos e famílias.

Pontos Divergentes

- O foco pedagógico foi distinto: em Brumado, privilegiou-se o uso de recursos digitais voltados à comunicação e alfabetização de estudantes com TEA não verbais; já em Montes Claros, o destaque foi para o levantamento crítico sobre o uso das TDICs e as necessidades formativas dos professores.
- Os espaços institucionais também diferiram: em Brumado, a experiência foi centrada no trabalho cotidiano da sala regular articulada ao AEE municipal; em Montes Claros, o trabalho concentrou-se nas salas de recursos multifuncionais da rede estadual.
- Quanto aos desafios estruturais, em Brumado predominou a necessidade de encontrar soluções acessíveis para apoiar diretamente os estudantes, enquanto em Montes Claros ficou evidente a carência de infraestrutura tecnológica e a urgência de políticas de formação docente continuada.

ANALISE PARCIAL DOS RESULTADOS

Em análises de resultados preliminares, inicialmente, os principais desafios foram a falta de tempo devido a carga horária excessiva que os professores têm atualmente, devido desvalorização financeira, para planejamento conjunto e a necessidade de sensibilizar alguns professores para a importância das adaptações e uso de novas tecnologias assistivas. No entanto, com o passar do tempo, a colaboração se consolidou e os resultados foram visíveis.

A implementação do ensino colaborativo nos dois contextos analisados revelou avanços significativos, embora permeados por desafios estruturais e pedagógicos que precisam ser considerados.

Resultados em Brumado (BA)

Na rede municipal, a utilização de portfólios interativos e aplicativos de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) possibilitou maior participação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) não verbais no processo de alfabetização. Observou-se melhoria na comunicação funcional, maior interesse nas atividades de leitura e escrita e avanços nas interações sociais. A parceria entre professor regente e professor de AEE mostrou-se decisiva para garantir que as adaptações fossem incorporadas ao cotidiano da sala regular, ampliando as oportunidades de aprendizagem.

Resultados em Montes Claros (MG)

Na rede estadual, o grupo focal evidenciou tanto potencialidades quanto limites no uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Entre os avanços, destacou-se a aproximação entre docentes de diferentes áreas e o reconhecimento da importância de integrar recursos digitais ao planejamento colaborativo. Contudo, emergiram entraves relacionados à escassez de infraestrutura tecnológica e à falta de formação continuada, fatores que limitaram a plena utilização das TDICs no cotidiano escolar.

CONCLUSÕES

O relato aponta que o ensino colaborativo, alicerçado em formação continuada e no uso de tecnologias assistivas, constitui estratégia potente para promover acessibilidade pedagógica e reduzir desigualdades. Todavia, ainda persistem desafios como a insuficiência de equipamentos, a sobrecarga de trabalho docente e a falta de políticas consistentes de apoio à inclusão. A integração entre regente e AEE demonstra que a inclusão não se limita ao acesso, mas envolve permanência com qualidade, sustentada por práticas pedagógicas inovadoras e comprometidas com a equidade educacional.

Conforme vimos nos procedimentos supracitados, o sucesso desta experiência reitera que a inclusão escolar não se faz de forma isolada, mas por meio de um trabalho integrado e comprometido de toda a equipe escolar. O Ensino Colaborativo se mostrou uma ferramenta eficaz para romper com a lógica da exclusão silenciosa, onde o aluno está presente fisicamente, mas não participa ativamente. Evidenciou a urgência de capacitar e valorizar o papel dos professores bem como de criar espaços e tempos institucionais para o planejamento conjunto.

O Ensino Colaborativo é um caminho sólido para uma escola mais democrática, que acolhe a diversidade e que se responsabiliza pelo desenvolvimento pleno de cada um de seus estudantes. Como aponta a pesquisa de Gomes e Cenci (2023), o trabalho colaborativo na formação continuada de professores é um desafio, mas os resultados demonstram que ele é fundamental para que os educadores reflitam sobre suas próprias práticas e proponham mudanças necessárias para uma educação mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BECKER, J.; MEDEIROS, L.; LAMAZON, R. **Tecnologias digitais e processos inclusivos na escola**. *Revista Educação e Contemporaneidade*, v. 28, n. 54, p. 135-152, 2019.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Salamanca, Espanha: UNESCO; CORDE, 1994.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

GOMES, V. C. V.; CENCI, A. **A colaboração na formação continuada de professores para contextos inclusivos e colaborativos**. *Obutchénie. Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, v. 7, n. 3, p. 1-24, 2023.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio da educação inclusiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

REIS, F.; SOUZA, M.; SANTOS, L. **Tecnologias assistivas e inclusão escolar: práticas e desafios**. *Revista Educação Especial*, v. 33, n. 62, p. 1-18, 2020.

STAINBACK, S. B.; STAINBACK, W. C. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

UNITED NATIONS. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities**. Adopted by General Assembly Resolution A/RES/61/106 of 13 December 2006. New York: United Nations, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.